



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

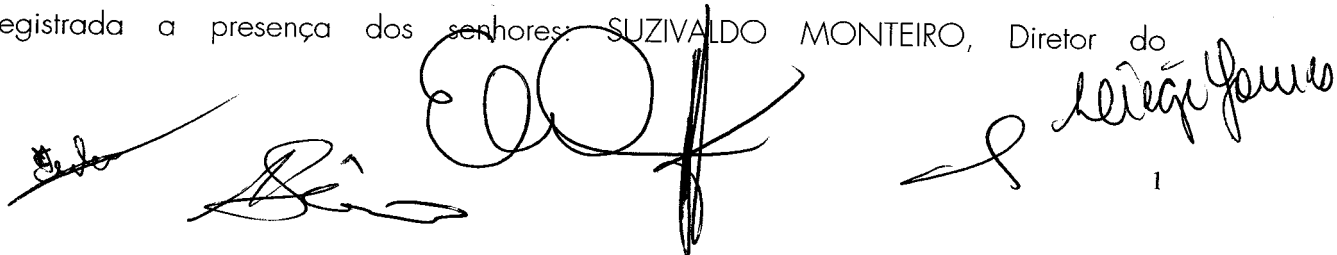
ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR
REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU
E COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PRIMEIRO
GRAU.

I – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: - 10 de abril de 2017, 16 horas, na Sala de Reuniões da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

II – MODO DE CONVOCAÇÃO: - Os membros foram convocados via email pela Assessoria de Planejamento e Organização do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, mediante convocação assinada pelo Presidente do Comitê.

III - PAUTA: 1) Aprovação da Ata da reunião anterior – 31/03/2017; 2) Apresentação da minuta de Resolução para gozo de férias de magistrados; 3) Apresentação de planilhas e custos do Departamento Administrativos (Almoxarifado), Divisão de Engenharia e DEINTEL; 4) Exposição sobre Equalização da Força de Trabalho; 5) O que ocorrer.

IV – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: - Juiz Auxiliar da Presidência JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JÚNIOR – Presidente do Comitê Gestor Regional de Priorização e Comitê Orçamentário de Priorização do Primeiro Grau; Justificada a ausência da Juíza ALAÍDE DE PAULA (suplente); Juiz ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO (titular); Juíza LIÉGE CRISTINA DE VASCONCELOS RAMOS GOMES (titular); Juíza ELAYNE DA SILVA CANTUÁRIA (suplente); MÁRCIO PANTOJA PACHECO (titular); AUDRIM SOBRINHO RUY SECCO (Representante do SINJAP); JEFF ESTEVAM DA COSTA COSTA (titular); Justificada ausência do servidor NILTON PEREIRA VASCONCELOS (suplente); Registrada a presença dos senhores: SUZIVALDO MONTEIRO, Diretor do





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

Departamento Administrativo; LUCINEIA COSTA, Diretora de Engenharia e Fiscalização; MARCO CRAVEIRO, Diretor de DEINTEL; ROSYWAN CANTUÁRIA DA SILVA FERREIRA, Assessor de Planejamento e Organização e JOB DUARTE MORAIS, Analista Judiciário (colaborador ASPLAN).

1 - Aprovação da Ata da última reunião realizada dia 31.03.2017 pelo Comitê.

Colocada a Ata em aprovação, a mesma foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes. Em seguida, tendo em vista a priorização da apresentação das planilhas e custos, o item 2 da Pauta não foi apreciado para antecipar o item 3 - **Apresentação de planilhas e custos do Departamento Administrativo (Almoxarifado), Divisão de Engenharia e DEINTEL** - o Juiz JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JÚNIOR - Presidente do Comitê Gestor Regional de Priorização e Comitê Orçamentário de Priorização do Primeiro Grau, abriu espaço para o Diretor do Departamento Administrativo, SUZIVALDO MONTEIRO, iniciar a explanação concernente ao Almoxarifado. O Diretor do DA disse existir previsão orçamentária para Material de Consumo na ordem de R\$ 2 milhões (dois milhões). SUZIVALDO MONTEIRO informou que o histórico de execução do Almoxarifado (água, copo, papel, caneta, toner, café, açúcar e outros) remete à média anual de R\$ 1,3 milhão (hum milhão e trezentos mil). Além dessa despesa, existem outras que não passam pelo controle do Setor de Almoxarifado, exemplo: Combustível que atende a demanda da Justiça estadual, com uma margem anual de R\$ 500 mil (quinhentos mil). SUZIVALDO explicou que os R\$ 200 mil (duzentos mil) restantes, são vinculados a Suprimento Fundo que dizem respeito ao Departamento Administrativo. Em outra explicação, 85% dos R\$ 2 milhões, deságuam no 1º Grau. Dos 15% restantes, uma metade (7,5%) atende ao Administrativo e a outra metade (7,5%) atende o 2º Grau. Aberto espaço para questionamentos do Comitê, MÁRCIO PANTOJA perguntou a experiência do DA em relação à ordem de serviço para redução do material de consumo. SUZIVALDO esclareceu que o processo de redução ocorreu principalmente em aquisição de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

materiais permanentes, no respeitante ao mobiliário. Concluído o esclarecimento, a Engenheira LUCINEIA COSTA, Diretora de Engenharia e Fiscalização, que falou da segunda etapa dos serviços da Obra da Avenida Raimundo Álvares da Costa e da Reforma do Fórum Desembargador Leal de Mira. Em reunião, o Desembargador Carlos Tork, presidente do TJAP, sinalizou para LUCINEIA COSTA que a conclusão do Prédio da Raimundo Álvares será para atender ao projeto inicial, qual seja, o de ser o Parque Tecnológico do TJAP e também Centro Administrativo, ainda que a pretensão da Gestão anterior tenha sido de transformá-lo no Fórum Virtual, o que levou à contratação de uma empresa a alterar o projeto inicial, no valor aproximado de R\$ 60 mil reais em vista a atender a finalidade para a mudança. Contudo, o valor orçado para a finalização da obra vai permanecer o mesmo, isto é, R\$ 2,7 milhões (dois milhões e setecentos mil); O outro ponto evidenciado tratou da Reforma do Fórum/FAB. A Diretora de Engenharia e Fiscalização falou que, em virtude das mudanças estruturais ocorridas no final de 2016, sem o devido estudo técnico, a Alta Gestão sinalizou novo projeto para que a reforma do Fórum e Anexo obtenham a satisfação em seu resultado. O valor estimado está entre R\$ 1,5 a R\$ 2 milhões. Dentre outras definidas ainda para este ano de 2017. Os demais projetos ficam definidos para 2018 – construção do Fórum Criminal e Prédio Anexo a Sede do TJAP. **DAS REFORMAS:** Reforma Geral do Fórum FAB (Cível/Família); Reforma Geral do Fórum de Amapá; Reforma Parcial do Fórum/STN; Reforma da Fachada e Reforço Estrutural do Prédio Sede; Reforma Parcial do Fórum/Oiapoque; Juizado Especial Sul. Para 2020, Reforma Geral do Anexo do Fórum de Macapá, com adaptação para funcionamento do Juizado Virtual / Turma Recursal e Juizado da Infância. A terceira explanação ficou por conta do Diretor do DEINTEL, MARCO CRAVEIRO. Ele iniciou informando ao Comitê a dotação orçamentária destinada a investimentos na área tecnológica, no ano de 2017, no montante de R\$ 3 milhões de reais. A parte destinada pagamento de projetos e contratos, dentre elas, internet, telefonia móvel, não estão inclusos nesse montante, que demandam um dispêndio anual de R\$ 1,4 milhão. Para este ano de 2017, são 27



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

projetos programados para execução, sendo eles assim identificados: **DEINTEL** – Aquisição de Certificados Digitais Tipo A1; Renovação e Aquisição de Certificados Digitais E-CPF Tipo A3; Contratação de Empresa Especializada em Auditoria Operacional na AR-TJAP; Aquisição de Solução de Vídeo Conferência para o TJAP (Resolução 211-CNJ/2015); Aquisição Eventual de Peças e Sobressalentes para ó Scanner de Inspeção por Raio X. Na área de **TELECOM** – Registro de Preço para Aquisição de Equipamentos de Telefonia, Capital e Interior; Registro de Preço para Aquisição de Material de Consumo de TIC para o ano de 2017; Contratação de Empresa de Serviço de Estruturação Lógica para Instalação das novas Centrais Telefônicas. Na Área da **INFRAESTRUTURA** – Contratação de Empresa Terceirizada para Serviços de Infraestrutura de Rede; Aquisição de Equipamentos WiFi; Registro de Preços para Aquisição de Switches; Aquisição de Nobreaks para a Sala de Equipamentos das Comarcas; Na Área de **SERVIDORES** – Expansão de Storage EMC ou Aquisição de Novos; Expansão do Armazenamento para Banco de Dados nas Comarcas; Aquisição de Discos para Storage Hitachi. Na Área de **SEGURANÇA** – Contratação de Testes de Intrusão (Pen Test) na Estrutura do Provedor e Banco e Dados do TJAP 02 Testes por Ano; Renovação das Licenças de Antivirus. Na Área de **MICROINFORMÁTICA** – Registro de Preços para Aquisição de Scanners; Registro de Preços para Aquisição de Nobreaks; Registro de Preços para Aquisição de Microcomputadores; Registro e Preços para Aquisição de Mesas de Som e Microfone (1º Grau); Aquisição de Leitores Biométricos; Aquisição de Impressoras Multifuncionais; Aquisição de impressoras Laser; Aquisição de Projetores. Custo Total de Investimentos: R\$ 3,2 milhões. Ao abordar sobre as possibilidades de investimentos nas cinco áreas, O Diretor do DEINTEL explanou resumidamente cada projeto e sua importância emergencial para 2017. Na oportunidade, o Juiz ESCLEPIADES NETO indagou sobre “AR” – Autoridade de Registro, que trata da Certificação Digital no âmbito do Judiciário. MARCO CRAVEIRO falou que, em outros Tribunais, esse serviço é terceirizado. O TJAP há seis anos possui. No início foi vantagem para a Instituição em

4



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

razão do cadastramento de maior número de servidores e magistrados. Para o momento atual, MARCO CRAVEIRO disse ser inviável contratar uma empresa para esses serviços. Atual o TJAP possui três serventuários credenciados para realizar cadastramento – Agentes de Registros habilitados para realizar cadastramento digital. Em cima disso, precisa-se fazer um estudo para terceirização da certificação digital, garantiu MARCO CRAVEIRO. Finalizado o esclarecimento sobre os projeto do DEINTEL, o juiz ESCLEPIADES NETO argumentou a implementação de fluxo orçamentário para atender primeiramente as demandas da Capital e depois das Comarcas do interior, no respeitante às despesas com Computadores, Nobreaks e outras situações congêneres. Nesse tocante, o MAGISTRADO solicitou estudo para reduzir esse impacto, vez que as Comarcas mais distantes sempre ficarão com atendimento e prestação jurisdicional comprometidos, pelo retardo do tempo de reação à solução do problema. O JUIZ sugeriu estudo para criação de Cronograma de Visitas às Comarcas como o objetivo realizar vistorias preventivas com propósito de atenuar eventuais situações que comprometam as rotinas judiciais. Sobre o pleito, CRAVEIRO reforçou esse cuidado quando, dentre os projetos apresentados, existem aqueles que contemplam especialmente as Comarcas do interior, ao atendimento de microcomputadores, nobreaks, impressoras, e um olhar especial à situação da energia elétrica com a instalação de grupo gerador nas Unidades, devido às constantes panes nos equipamentos com a queda intensa de energia nessas regiões. O Diretor do DEINTEL assumiu interesse de viabilizar um plano para o deslocamento de uma equipe para atendimento técnico às Comarcas. Após a explanação do Diretor do DEINTEL, em virtude o avançar das horas, o presidente da Comissão, juiz JOÃO MATOS sugeriu a suspensão da reunião, o que foi aceita pelos demais membros do Comitê. Os itens 2) Apresentação da minuta de Resolução para gozo de férias de magistrados e 4) Exposição sobre Equalização da Força de Trabalho, da pauta, ficaram para discussão em reunião posterior.

Miguel Farias



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

5) **O que ocorrer** – Na parte conclusiva da reunião, MÁRCIO PANTOJA, representante dos serventuários, no Comitê, pontuou a omissão, no Portal da Transparência, sobre o que orienta o Anexo VIII, da Resolução 102/CNJ, que trata da remuneração dos integrantes do Judiciário, seja servidor ou magistrado. De acordo com MÁRCIO, desde janeiro de 2017 essas informações não estão disponíveis no Portal do TJAP, e que, dentro do espírito da Transparência devem estar disponíveis para acesso a quem interessar. O segundo ponto é referente à criação de um ambiente no Portal Institucional quanto à participação dos serventuários da Justiça com o Comitê, em virtude da interação que deve existir em relação às demandas deliberadas, tais como: acesso à ATA das reuniões; áudio, entre outros, já que o Comitê é um Órgão público e, portanto, não trata de informações sigilosas. Dentro do perfil da Governança Colaborativa, os vínculos devem ser fortalecidos a partir da aproximação dos atores, com o fim de criar uma visão positiva da Gestão. MÁRCIO PANTOJA afirmou que, criados os links, a Resolução 102/CNJ será atendida, vez a necessidade de ampliar espaços para coleta de demandas.

VI – **ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Esta Ata depois de lida e aprovada será assinada por todos os membros presentes. Macapá-AP, 10 de abril de 2017.


João Teixeira de Matos Júnior


Presidente do Comitê Gestor Regional e Comitê Orçamentário de Priorização do Primeiro Grau


Juiz de Direito Esclerpiadas de Oliveira Neto
Membro Titular

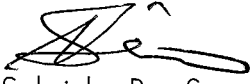


Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau


Juíza Liége Cristina de Vasconcelos Ramos Gomes
Membro Titular


Márcio Panfója Pacheco
Membro Titular


Jeff Estevam da Costa Costa
Membro Titular


Audrim Sobrinho Ruy Secco
Membro Indicado pelo SINJAP



1